

DIREITO À CIDADE E PARTICIPAÇÃO NOS PLANOS DIRETORES DOS AGLOMERADOS URBANOS DE FRANCA E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

Regina Cláudia Laisner¹, Lidiane Maria Maciel², Rosa Maria Scaquetti Pinto², Paládia de Oliveira Romeiro Silva², Júlia Navarro Periotto¹, Vitória Garbelline Teloli¹.

¹Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Campus de Franca, Brasil, regina.laisner@unesp.br, julia.n.perioto@unesp.br, vg.teloli@unesp.br.

²Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, rosamariascaquetti@gmail.com, paladia_oliveira@yahoo.com.br.

Resumo - Trata-se de uma comunicação de pesquisa em andamento. O projeto nomeia-se *Direito à cidade e participação nos Planos Diretores dos Aglomerados Urbanos de Franca e São José dos Campos no Estado de São Paulo*, que tem por objetivo descrever e analisar os contextos de implementação e revisão dos Planos Diretores de municípios vinculados às aglomerações urbanas supracitadas. A metodologia é qualitativa, baseada em estudos de caso ampliados, fundamentando-se por diversas estratégias de pesquisa, como análise de documentos, mapeamento e entrevistas. Como resultados esperados, a pesquisa visa colaborar com a reflexão sobre os processos de construção democrática no Brasil contemporâneo, assim como reforçar e refinar os instrumentos de participação no planejamento urbano, consoante às previsões legais do Estatuto da Cidade.

Palavras-chave: Democracia, Participação, Direito à Cidade, Plano Diretor, Planejamento Urbano e Regional.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Este trabalho é uma comunicação de pesquisa em desenvolvimento do projeto *Direito à cidade e participação nos Planos Diretores dos Aglomerados Urbanos de Franca e São José dos Campos no Estado de São Paulo* realizado a partir de parceria entre o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza de Andrade Oliveira” (NEPPS), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCHS Unesp campus Franca), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cartografias Sociais (NEPACS), do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano (PPGPLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) e o Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

O projeto teve início em março de 2021 e vem construindo, junto a alunas e alunos da graduação, pós-graduação e professoras das instituições envolvidas, as bases teóricas e metodológicas da pesquisa. Atualmente, são catorze os integrantes.

O trabalho do grupo orienta-se pela interdisciplinaridade, unindo reflexões da Ciência Política, Direito, Sociologia Urbana e Planejamento Urbano e Regional e tem por objetivo descrever e analisar os contextos de implementação e revisão dos Planos Diretores de municípios vinculados às aglomerações urbanas de Franca e de São

José dos Campos, localizadas no estado de São Paulo. Toma-se como hipótese que, nos processos participativos institucionalizados, as estratégias adotadas pelos gestores favorecem a construção de um simulacro de participação, prejudicando a efetividade dessa instância democrática. Como resultados esperados, a pesquisa visa colaborar com a reflexão teórica sobre os processos de construção democrática no Brasil contemporâneo, assim como reforçar e refinar os instrumentos de participação no planejamento urbano, consoante às previsões legais do Estatuto da Cidade.

O presente trabalho busca, a partir do primeiro registro estruturado das atividades do grupo, sistematizar os caminhos até aqui percorridos e apresentar o projeto à comunidade acadêmica a fim de angariar contribuições.

Metodologia

A metodologia é qualitativa e inspira-se na abordagem epistemológica dos “Estudos de Caso Ampliados” (BURAWOY, 2014), fundamentando-se por meio de diferentes estratégias de pesquisa. Durante o primeiro ciclo do trabalho, em 2021, foi realizada uma série de levantamentos e tratamento das informações relativas às regiões selecionadas, bem como estudos bibliográficos.

O trabalho inicial consistiu na definição da categoria de análise e literatura pertinente. A partir dos debates a escolha foi pelo uso da categoria “Aglomerado Urbano” (EMPLASA, 2011), ela possibilitou a aproximação das regiões de Franca e São José dos Campos. Após essa definição foi realizado via Internet um levantamento das cidades pertencentes a cada Aglomerado Urbano, a existência ou não de Planos Diretores, e coletados documentos que registrassem os processos participativos desses Planos.

A ordem das etapas do projeto e seus respectivos marcos físicos de execução a serem alcançados estão na tabela 1:

Tabela 1- Etapas da pesquisa e seus marcos físicos de execução.

Etapa/Atividade	Marco físico de execução
Levantamento/sistematização e análise bibliográfica para a fundamentação teórico-metodológica do projeto.	Produção de relatórios de levantamentos bibliográficos, reuniões estratégicas para refinamento teórico-metodológico.
Levantamento documental e sistematização das leituras técnicas dos Planos Diretores dos municípios selecionados.	Produção de relatórios e reuniões estratégicas.
Pesquisa de campo nos municípios de interesse /sistematização dos registros orais (Entrevistas)	Produção de relatórios de trabalho de campo.
Análise e divulgação dos resultados da pesquisa	1) Publicação de um Atlas da participação (Cartografia Social da Participação), Artigos Científicos, palestras, lives, participação em eventos das áreas de saber relacionadas e produção de cartilhas sobre participação para público não acadêmico. 2) Divulgação dos resultados da pesquisa / Apresentação dos resultados em forma de cartilha, audiovisual e orientação pessoal e direta à administração pública dos municípios pesquisados.

Fonte: As autoras.

No que tange à interação e comunicação interna, o grupo conta com encontros quinzenais, via plataformas de reunião online, e contato constante via rede social.

Integra o campo metodológico a realização de oficinas de estudos de casos, mediante a participação de convidados, com o fito de cambiar experiências epistemológicas. Em 2021 foi concretizado em duas etapas um ciclo de oficinas regionais.

Resultados preliminares

Foram atingidos resultados nos campos teórico e empírico, a saber.

Realizou-se o levantamento bibliográfico, a leitura e as reuniões de discussão buscando orientar o conhecimento a partir do estudo do Direito à Cidade nas perspectivas de Henri Lefebvre, Manuel Castells, David Harvey, Flávio Villaça, Ermínia Maricato, Lúcio Kowarick, dentre outros, sua incidência nas disputas pela política urbana nacional e seu histórico de formação, e o debate sobre temas chave como participação, desenvolvimento e política urbana.

No campo empírico, foram 22 (vinte e dois) os municípios selecionados, divididos no Aglomerado Urbano de Franca (Franca, Guairá, Guará, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Rifaina e São Joaquim da Barra) e no de São José dos Campos (Caçapava, Igaratá, Jacareí, Monteiro Lobato, São José dos Campos, Pindamonhangaba, Taubaté, Tremembé, Aparecida, Cachoeira Paulista, Guaratinguetá, Lorena, Potim e Queluz), todos com Plano Diretor formulado ou revisado após o Estatuto da Cidade, de 2001.

Considera-se como um resultado inicial a definição metodológica. Na próxima etapa da pesquisa será aprofundado o levantamento documental de elaboração/revisão dos Planos Diretores para compreender as propostas iniciais, se houve participação, qual a metodologia participativa empregada e como se deu efetivamente a participação da população, bem como levantar as demandas apresentadas e aceitas (ou não) no texto final.

A partir da análise documental serão levantados os principais atores dos processos de elaboração/revisão dos Planos Diretores para a realização de entrevistas qualitativas a fim de reunir elementos detalhados do processo e analisar a efetividade da participação. Ressalta-se que a pesquisa de campo ainda não foi iniciada, e a documentação para apresentação do projeto nos Comitês de Ética em Pesquisa e na Plataforma Brasil está em elaboração.

Discussão

O processo de formação do projeto aqui focado envolveu a elaboração de uma matriz teórico-conceitual e um desenho do estudo empírico, tudo isso de maneira interdisciplinar, dentro de campos e subcampos do conhecimento distintos e complementares, como visto. Para Bourdieu (2004), o campo da ciência tem uma estrutura própria, assim como uma dinâmica de funcionamento, como em outros campos, como o jurídico, o do trabalho, o das artes e o econômico. Dessa maneira, o campo da ciência é formado por agentes e também por subcampos, como os disciplinares.

Neste grupo de pesquisa, portanto, diferentes campos ou subcampos do conhecimento, como o Direito e o Planejamento Urbano, se encontram em uma zona de convergência, na busca de arejar e se complementar na prática científica.

A partir do esforço do grupo na definição do recorte territorial parte do objeto de pesquisa, pode-se avançar no entendimento sobre as formas de conformação de uma região como limitação político-geográfica. Colocadas as discussões sobre a metodologia empregada, chegou-se a definições sobre os métodos adequados de resolução do problema de pesquisa, sendo a principal delas a escolha do estudo de caso ampliado (BURAWOY, 2014).

Conclusão

Diante da obrigatoriedade imposta pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) a determinados municípios, de elaborarem os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de forma participativa, o debate acerca da participação no planejamento urbano requer um olhar interdisciplinar: trata-se de analisar as relações políticas entre Estado e Sociedade, as questões de gestão da administração municipal e os procedimentos de garantia, ou não, desta participação, as questões jurídicas de validade dos atos de participação e da legalidade da legislação decorrente de tais processos, e as questões urbanísticas e de planejamento, visto que as deliberações nos processos de elaboração e revisão de planos diretores refletem de forma direta na esfera espacial.

Contudo, ainda restam dificuldades de implementação tanto de processos capazes de ensejar uma substancial participação, quanto dos próprios instrumentos colocados à disposição no Estatuto da Cidade para a busca de uma Reforma Urbana capaz de cumprir com o papel redistributivo de tal legislação (CYMBALISTA, SANTORO, 2009).

Neste sentido, a atividade do grupo em conhecer e analisar os processos acima descritos de forma empírica, busca contribuir para os estudos em participação e, sobretudo, para superação dos diversos desafios enfrentados.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Referências

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257**, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BURAWOY, Michael. **Marxismo Sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula Freire (orgs.). **Planos diretores**: processos e aprendizados. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.



EMPLASA. Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo. São Paulo: EMPLASA, 2011.